

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA NEGRA:
DA “INTERDEPENDÊNCIA” AO “PRAGMATISMO RESPONSÁVEL”
(1964-1979)**

Luiz Cláudio Machado dos Santos*

Resumo: O presente artigo busca discutir a política externa brasileira para a África Negra, entre 1964 e 1979, como instante privilegiado para a análise das contradições e dificuldades vividas pela diplomacia nacional, colocada entre os interesses mais legítimos do país e uma conjuntura internacional impregnada pelas determinações impostas pelo confronto Leste-Oeste. Leva ainda em consideração, o tradicional apoio do Brasil à política colonial portuguesa, o que constitui importante fator de condicionamento da ação do Itamaraty.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira, Relações Brasil/África, Descolonização Africana.

O longo processo de crise política e institucional vivido pelo Brasil após o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, em 1954, encontrou seu período mais agudo nos anos 60, quando as questões pertinentes ao processo de formulação e implementação da política exterior brasileira adquiriram relevância inusitada no debate público então travado.

Deve-se ressaltar que a crescente atenção dedicada ao tema das relações internacionais refletiu a complexidade da dinâmica social do país, o que por sua vez impôs uma lenta, porém consistente, mudança na perspectiva da ação do Estado no que concernia à inserção do Brasil no mundo, do imediato pós-guerra ao governo João Goulart, do “alinhamento passivo” à “política externa independente”. Tal correção de rumos deixava patente a crise brasileira em função do rápido processo de desenvolvimento econômico, que lançava um componente extremamente dinâmico e perturbador do *status quo* vigente: a industrialização e a ascensão marcante de novas classes e interesses urbanos no conjunto da sociedade.

Concomitantemente aos desdobramentos da situação política interna, as questões internacionais, notadamente aquelas referentes às superpotências, refletiam de forma vigorosa sobre as estruturas de nações periféricas como o Brasil. As rápidas mudanças qualitativas ocorridas nas relações EUA-URSS após a Segunda Grande Guerra, enquadraram o Brasil no contexto da “guerra fria”, devendo, o mesmo, desempenhar um papel geopolítico, estável e

* Professor do Curso de História do UniCEUB, Mestre e Doutorando em História das Relações Internacionais pela UnB. Endereço Eletrônico: claudio.sb@uol.com.br

definido no hemisfério americano e no mundo, de acordo com as necessidades e interesses delineados pela liderança do bloco capitalista.

A hipersensibilidade dos Estados Unidos a qualquer mudança de perspectiva em política externa, por parte das nações sob sua influência, notadamente no continente americano, seria fartamente demonstrada na prática pela aplicação do amplo arsenal de retaliações à disposição do Departamento de Estado para uso oficial ou em operações clandestinas, e pela competente ofensiva diplomática baseada em múltiplas formas de pressão exercidas unilateralmente ou nos mais diversos organismos multilaterais.

Como resultado da hegemonia ativa exercida por Washington no pós-guerra, percebe-se uma diminuição do espaço criativo à disposição das chancelarias sul-americanas, levando-as a um processo de imobilismo relativo, ao mesmo tempo em que suas elites reforçavam o tradicional discurso maniqueísta, taxando qualquer tentativa de inovação e abertura, ainda que extremamente cautelosa, como sendo de caráter esquerdista ou anti-ocidental. Dessa forma, as tensões internas, fruto das crescentes complexidades nacionais latino-americanas, não encontravam o seu escoadouro na cena internacional, resultando daí um cerceamento de suas vontades e, logo, a frustração das possibilidades de afirmação de cada uma delas.

Um exemplo de nação claramente inserida neste quadro é o Brasil que surge do fim do Estado Novo e do marco constitucional de 1946. A partir de então, nossa política externa é marcada por um alinhamento passivo que dura, sem modificações, até a presidência de Juscelino Kubitschek, apesar dos desafios pontuais lançados pela política nacionalista de Getúlio Vargas entre 1951 e 1954. Na administração JK ocorre o lançamento, em 1958, da Operação Pan-Americana (OPA), proposta que questionava, ainda que de forma bastante limitada, a cooperação econômica Estados Unidos-América Latina encaminhada nos moldes tradicionais.

A esse passo segue-se, durante os governos Jânio Quadros e João Goulart, a implementação da “política externa independente”. No dizer de José Honório Rodrigues, “se a OPA ‘regionalizava’ a política externa brasileira, isto é, circunscrevia a sua atuação ao contexto hemisférico, a ‘política externa independente’ tentava mundializá-la”.¹

A firme defesa da autodeterminação dos povos buscava, exatamente, projetar a presença brasileira no cenário internacional, de forma a dar-lhe flexibilidade e liberdade de movimentos necessárias à realização dos interesses nacionais, notadamente no que diz respeito às suas relações econômicas. As limitações a estes intentos cedo se revelariam. A

¹ CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *A política externa brasileira (1822-1985)*. São Paulo: Ática, 1986, p. 77.

abertura para o Leste, a condecoração a Ernesto “Che” Guevara e o anunciado, e no mais das vezes não cumprido, apoio à emancipação das nações coloniais da África, embora simbolizando mais a afirmação da soberania nacional do que baseado em interesses concretos, foram violentamente bombardeados pelos setores mais retrógrados que, apoiados pelos EUA, detinham poder suficiente para depor um governo constitucional e instaurar um regime de exceção.

É a natureza das relações internacionais, posta em prática pelo regime autoritário, que passaremos a analisar.

OS GOVERNOS CASTELLO BRANCO E COSTA E SILVA – PERCEPÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA – “INDEPENDÊNCIA” E “INTERDEPENDÊNCIA”

O golpe militar de 1964 coloca no poder um grupo que incorpora determinados pressupostos teóricos defendidos pela Escola Superior de Guerra (ESG), nitidamente orientados a partir da estreita vinculação e cooperação com os órgãos de segurança dos Estados Unidos. Entre estes, a internalização da “guerra fria” entendida como a necessidade de barrar e ou destruir o inimigo interno. Criar a “fronteira interna” se transforma em um importante fator de emulação para os exércitos da América Latina, em um momento no qual a produção de armas atômicas pelos dois blocos torna obsoleta e de reduzida eficácia a capacidade operacional dos exércitos convencionais das nações subdesenvolvidas.

A aceitação dessas concepções e a sua implementação objetiva leva a um retraimento nas posições internacionais do Brasil, assumidas a duras penas nos anos anteriores. Retira as possibilidades de contatos, ainda que apenas comerciais com o Leste, por óbvias implicações ideológicas. Abandona o exercício de uma presença cada vez mais marcante e ativa na África (ainda que severamente limitada pelo apoio a Portugal), na medida em que não cabe ao Brasil levar a cabo um movimento de penetração comercial e influência política naquele continente. Obriga, enfim, a um alinhamento sistemático em relação à política continental norte-americana.

Tais mudanças se dão em função da necessidade de ser adotada, pelo Ocidente, uma nova estratégia na luta contra o comunismo: a estratégia de contenção.

Segundo tal formulação é primordial que “(...) os países latino-americanos forneçam aos Estados Unidos sustentação, que pode ser traduzida por:

- a) Apoio nas deliberações da ONU;
- b) Fornecimento de material estratégico, cujas fontes de produção possam encontrar-se em regiões de alta instabilidade;
- c) Apoio geográfico e logístico ao transporte aéreo e marítimo;
- d) Estruturação de um sólido sistema de segurança continental;
- e) Aproveitamento do potencial demográfico em operações fora do continente, de duração breve ou prolongada.”²

A obrigação de apoiar a política global traçada pelos EUA quando das discussões e deliberações nos organismos internacionais, notadamente na ONU, teve um duplo efeito sobre a política externa brasileira para a África. Primeiramente determinou uma postura de afastamento e alienação para com a maior parte das nações africanas, e tornou a política do Itamaraty para a África portuguesa mais conservadora, em algumas circunstâncias nos foros internacionais, do que os posicionamentos das delegações dos Estados Unidos, que por diversas vezes se abstinham no processo de votação, enquanto o Brasil votava favoravelmente ao colonialismo português. Tal processo se opera na medida em que as autoridades brasileiras, além do tradicional apoio a Portugal, percebem o “contencioso português na África” prioritariamente como um capítulo da luta Leste-Oeste, desconhecendo as especificidades do processo que permitiria uma atuação, em que o peso específico do Brasil marcasse presença positiva com efeitos seguramente duradouros.

Entretanto, a fragilidade da sociedade levou à possibilidade do Estado arbitrar, com elevado grau de autonomia, no sentido de um crescente alinhamento com as posições do Ocidente, em meio ao apaixonado debate que se realizava nas mais diversas instâncias públicas, levando prioritariamente em consideração os grupos de pressão que tradicionalmente influenciavam os rumos da política exterior brasileira, associados a um ativo “lobby” português organizado em torno da Federação das Associações Luso-Brasileiras e outras entidades étnicas.

Neste processo de escalada do fortalecimento das estruturas do regime autoritário, no qual a Nação é substituída pelo Estado como espaço de debate e de decisões e o Estado pelo aparelho militar, uma das prioridades do grupo no poder, a necessidade de rearmamento periódico relacionada ao desenvolvimento industrial só podia se afirmar via desenvolvimento econômico, visto, ainda, como antídoto ao comunismo, se fosse possível “(...) carrear recursos

² OLIVIERA, Eliézer Rizzo de. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 33-34.

externos para fortalecer o poder nacional (...) (tornada) uma das premissas norteadoras da política externa brasileira”.³

Essa percepção, na qual o aumento do “poder nacional” se robusteceria concomitantemente ao retraimento da presença nacional no mundo, demonstra, em sua contradição, a prioridade quase absoluta dada às questões internas pelos primeiros governos militares pois a essência do “(...) movimento de 64 (...) (é) a contestação de um tipo de dominação política que se mostrava débil na preservação dos fundamentos do Estado capitalista brasileiro.”⁴

Os discursos do Mal. Castello Branco, em sua primeira fase, evidenciam o esforço pela renovação de procedimentos internos e externos do Brasil. Externamente deveria recuperar a posição do Brasil no mundo ocidental, que estivera ameaçada pela “política externa independente”, que refletia na despreocupação governamental com a infiltração e disseminação do comunismo no Brasil e no mundo.

Em seus primeiros discursos, define o Mal. Castello Branco seu projeto de política externa ao pretender a “(...) implantação de uma política externa fundamentada na independência do Brasil, no respeito à autodeterminação das nações democráticas e na preservação das alianças históricas com a América Latina.”⁵

Referindo-se especificamente ao anticolonialismo na formulação da política externa brasileira, o Mal. Castello Branco, depois de verificar ser

(...) inevitável a ocorrência de guerras de liberação, enquanto persistir o sistema colonial (...). (Define que) entretanto, nossa política anticolonial se defronta com o problema dos laços afetivos e políticos que nos unem a Portugal. Talvez a solução residisse na formação gradual de uma Comunidade Afro-Luso-Brasileira, em que a presença brasileira fortificasse economicamente o sistema. Qualquer política realista de descolonização não pode desconhecer nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente.⁶

Todavia, a simples enunciação de postulados básicos relativos à política externa não levou a um nível de coesão suficiente entre os dois principais grupos militares (os Castelistas – ESG e o grupo ligado a Costa e Silva – ESAO), capaz de superar suas divergências de análise quanto a determinados aspectos da política externa. Estas se expressam nitidamente quando do debate interno travado em torno da possibilidade de se organizar uma força militar

³ Idem, p. 42.

⁴ Idem, p. 55.

⁵ Idem, p. 75.

⁶ CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. Discurso no Itamaraty em 31/07/64. In: *Discursos. A política externa da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Seção de Publicações, 1968, p. 18-19.

interamericana permanente.⁷ A sustentação da proposta de um novo mecanismo internacional de defesa no continente, para “enfrentar fatos que se sucedem com rapidez”, é feita por EUA e Brasil no âmbito hemisférico, baseada na afirmação do Presidente Johnson de que “a velha distinção entre guerra civil e guerra internacional já perdeu a significação”⁸. As sérias restrições das chancelarias americanas, e as divergências internas no Brasil acerca da FIP (Força Militar Interamericana Permanente), levaram, porém, ao abandono da idéia naquele momento.

Se as questões relativas à segurança continental produziram distintas posições nos principais agrupamentos de poder no interior do sistema militar, ESG e ESAO, no que diz respeito à política africana do Brasil durante os dois primeiros governos militares, não foram estes publicamente questionados em suas diretrizes para a região.

Para a compreensão mais ampla da política externa brasileira, notadamente a relativa continuidade das ações do Itamaraty para as nações coloniais da África, de 1964 ao início dos anos 70, se faz necessário buscar o significado do termo-chave, freqüentemente usado pelas autoridades no período: “a Interdependência”. Castello Branco assim a define:

No presente contexto de uma confrontação de poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros, a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político.

Nenhum país, seja no mundo ocidental, seja no soviético, poderá defender-se sozinho contra um ou outro dos centros de poder. A defesa tem que ser necessariamente associativa.

Do mesmo modo, no campo econômico, o reconhecimento da interdependência é inevitável, não só no comércio, mas, sobretudo, no tocante a investimentos.

A independência é, portanto, um valor terminal. Instrumentalmente, é necessário reconhecer um certo grau de interdependência, sem contudo ser levado ao ponto de cercear contatos comerciais e financeiros com países de diferentes sistemas políticos e econômicos.

No caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica, da qual decorre uma fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental (...).⁹

Já o Chanceler Leitão da Cunha, na noite de 19 de maio de 1965, afirma que “Da manutenção da liberdade e da justiça para todos os homens e para todas as nações (...) nasce um conceito (...) o da interdependência (...). A concepção ortodoxa e rígida da soberania nacional foi formulada em uma época em que as nações não enfeixavam, em suas responsabilidades, uma obrigação de cooperarem, entre si, na busca de objetivos comuns.”¹⁰

⁷ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de, op. cit., p. 86.

⁸ Ver ALVES, Hermano. “Força Interamericana Permanente de Paz”. In *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, nº 2, p. 136-142.

⁹ CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar, op. cit., p. 12-13.

Afirmaria ainda que, “(...) as fronteiras físicas ou políticas eram consideradas obsoletas pelo governo brasileiro”.¹¹

A “interdependência” elevaria, a um patamar de destaque absoluto, as questões relativas à segurança. Ou seja, a “interdependência” do bloco ocidental teria como contrapartida a “supressão das rígidas fronteiras nacionais” em nome da segurança coletiva. Nesse contexto qualquer movimento insurrecional, ainda que não-comunista, passa a ser encarado como tal ao menos potencialmente. Nessa categoria enquadrar-se-iam os movimentos pela independência das nações coloniais africanas. Embora repetidas vezes apontado como tendo condições excepcionais de presença nas questões referentes ao processo político, então em andamento na África portuguesa¹², o Brasil permaneceu, de 1964 ao início dos anos 70, adotando como fundamento de suas ações os conceitos de “interdependência”, “segurança coletiva” e o tradicional apoio a Portugal, que tantos prejuízos ainda iria causar.

A permanência do Brasil nas posições acima descritas chega ao ponto de, na abertura dos debates da XXI Assembléia Geral das Nações Unidas em 1966, momento de grande vigor da luta contra o colonialismo, o Chanceler Juracy Magalhães não incluir uma só palavra acerca da questão colonial em seu discurso inaugural.

Desta forma, também a “segurança”, enquanto valor ideológico prioritário, se realizava, na perspectiva global da política externa brasileira, através do silêncio.

BRASIL E ÁFRICA: A DINAMIZAÇÃO DAS RELAÇÕES NOS ANOS 70

As percepções do interesse nacional brasileiro em suas relações com a África, desenvolvidas durante os anos 60, quer seja a “política externa independente” ou a “interdependência”, tinham em comum o fato de que os interesses materiais concretos, tais como, comércio e fluxo de capitais, eram negligenciados e quase nunca implementados. Desta forma, a questão africana era discutida dentro de um contexto no qual o peso geopolítico dessas relações se colocava numa perspectiva de superdimensionamento ideológico.

A transformação qualitativa desse estado de coisas se dará, basicamente, com a aceleração ocorrida no processo de desenvolvimento industrial brasileiro nos anos 60 que, voltado estruturalmente para a exportação, recebe um novo e forte impulso nesse sentido com os choques de petróleo dos anos 70 (1973/1979), e a falência em 1971 dos acordos de Breton

¹⁰ POERNER, Arthur José. “A política externa brasileira entre a interdependência e a soberania”. In *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Agosto 1965, nº 2, p. 153.

¹¹ Idem, p. 154.

¹² Ver FIGUEIREDO, Antônio de. “A questão racial em Angola e Moçambique”. In *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, nº 3, p. 55-56.

Woods pela impossibilidade de manutenção da sua espinha dorsal, ou seja, a conversibilidade do dólar em ouro garantida pelo tesouro norte-americano. Assim, inserido em uma nova e complexa conjuntura, fez-se mister lançar-se em busca de mercados consumidores.

Por conta da determinação da priorização do comércio exterior, assume caráter de operação de ponta a conquista de novos mercados a partir da base industrial brasileira, incrementando-se o intercâmbio Sul-Sul. No bojo desta estratégia surge como área privilegiada a África. De um lado, a disponibilidade brasileira na exportação de produtos, serviços e tecnologias reprocessadas. De outro, o interesse africano em receber estas tecnologias e serviços mais simples e adequados à sua realidade, os produtos mais robustos de nossa indústria, e a disposição, não encontrada nos parceiros do mundo desenvolvido, em repassar tecnologias e desenvolver programas conseqüentes de treinamento de pessoal. Estas características de nossa presença comercial estimularam, e deram base real, aos anseios africanos de diversificação de parceiros.

Contudo, estas amplas possibilidades esbarravam no ressentimento africano para com as posições brasileiras de apoio a Portugal e o incremento comercial das relações com a África do Sul. Há que se considerar, ainda, a Convenção de Lomé (acordo entre o mercado comum europeu e os países africanos privilegiando as exportações dos últimos para o primeiro), periodicamente renovada, que retirou importantes espaços comerciais ao Brasil, especialmente na África não portuguesa.

A tarefa de abrir tais mercados coube à viagem do Min. Mário Gibson Barboza, entre 25 de outubro e 22 de novembro de 1972, e que percorreu nove países (Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomê, Zaire, Gabão, Camarões, Nigéria, Senegal)¹³. Como pontos comuns às declarações conjuntas podemos assinalar: o reconhecimento da contribuição africana, étnica e cultural, ao Brasil; o repúdio a todas as formas de racismo (Condenação implícita da África do Sul); e a regulamentação das possibilidades de comércio e cooperação técnico-cultural bilaterais.¹⁴

A repercussão deste périplo diplomático não tardaria. Em 1973 uma grande missão comercial brasileira passa trinta e três dias em nove países africanos (Senegal, Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomê, Nigéria, Camarões, Zaire, Libéria), negociando a participação

¹³ Apesar de constantemente indicado por jornais (por exemplo, o *Jornal da Tarde* de 19/09/77) e por outras publicações de que a visita do Min. Gibson Barboza à África em 1972 teria se realizado em oito países, ela percorreu nove nações, sendo omitida geralmente a estada do chanceler, entre 19 e 22 de novembro de 1972, no Senegal, da qual seria dada a público uma declaração conjunta registrada na Divisão de Atos Internacionais do Min. das Relações Exteriores sob o nº 01555.

¹⁴ Ver declarações conjuntas registradas na Divisão de Atos Internacionais do Itamaraty sob os seguintes números: Costa do Marfim – 01555; Gana – 01551; Togo – s/n; Daomê – 01569; Zaire – 01570; Gabão – s/n; Camarões – s/n; Nigéria – 01567; Senegal – 01571.

de companhias brasileiras em projetos de infra-estrutura (estradas de rodagem, represas) e venda de produtos e equipamentos pesados (siderúrgicas, ferroviários, petroquímicos, navais) para a África Ocidental.

Apesar do sucesso da viagem do Min. Gibson Barboza, e os contatos comerciais posteriores, a verdadeira estruturação de uma política enfaticamente prioritária e conseqüente para o continente africano se fazia durante o governo Geisel quando, ao discursar perante o ministério recém-empossado (1974), define como suas duas principais prioridades de política externa a América Latina e a África. Era o início do “pragmatismo responsável” na política externa brasileira.

Segue-se a esta definição a viagem do chanceler Azeredo da Silveira (novembro de 1974) ao Senegal, visando dar cumprimento às expressas intenções governamentais. Para preparar o caminho, o Itamaraty remete à África o Embaixador Ítalo Zappa (responsável pela formulação da política africana de então) para dialogar com os líderes dos movimentos nacionais de libertação.

Segundo artigo publicado no Jornal da Tarde,

... a missão de Zappa constituía um claro gesto diplomático para mostrar aos africanos que o Brasil reconhecia o erro histórico, mas que as coisas iam mudar. Os africanos tinham muitas dúvidas. Quando o Min. Azeredo da Silveira visitou o Senegal, em novembro de 1974, pode sentir como os ressentimentos estavam à flor da pele. Um jornalista lhe perguntou: O senhor diz que o seu país não é racista. Então, como pode manter relações diplomáticas com a África do Sul? (...). (Ao final da entrevista) reconhece, sem hesitações, que o Brasil teve que pagar um preço pelos laços de amizade que o ligam a Portugal.¹⁵

Ainda na mesma entrevista coletiva, expõe o chanceler a nova política externa brasileira para a África, baseando-se nos seguintes pontos:

- repúdio ao *apartheid*;
- apoio total à descolonização;
- oferecimento de ampla cooperação;
- não-ingerência;
- política realista (“fazer as coisas”).

O resultado prático da vontade política expressa nesses princípios seria de imediato observado com o intenso programa de abertura de embaixadas no continente negro, apenas

¹⁵ *Jornal da Tarde*, 11/11/73.

em 1975 em número de seis,¹⁶ e a ampliação da cooperação em todos os setores. Em meados de 1976, o Brasil cobria, diplomaticamente, toda a África.

Politicamente, o reconhecimento da independência de Guiné-Bissau e do governo do MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), instalado em Luanda, deram substância e credibilidade, junto às nações africanas, ao “pragmatismo responsável”.

O objetivo fundamental do “pragmatismo responsável”, o intercâmbio comercial, baseava-se no fato de que as jovens nações africanas eram mercados novos e potencialmente rentáveis. Tal potencialidade ficaria demonstrada durante a década de 70, quando a venda de produtos manufaturados brasileiros para a África negra cresceu à média de 47,6% ao ano.

As estratégias, econômica e política, utilizadas para tanto foram: a possibilidade de fornecimento de uma tecnologia não sofisticada, firme apoio à descolonização, campanha intensa contra o *apartheid*, e o reconhecimento de afinidades étnicas e culturais.

As limitações desse esforço, e suas conseqüências, seriam projetadas na década de 80, quando, agregando novas dificuldades conjunturais à experiência da década anterior, as relações Brasil-África negra encontrariam um novo patamar de intercâmbio e realizações.

CONCLUSÕES

A política externa brasileira para a África, de meados dos anos 60 aos anos 70, foi marcada pelas contradições, avanços e recuos, que refletiam as condições internacionais vividas pelo país numa conjuntura de crise generalizada.

À expectativa positiva, gerada pelo voto favorável a Angola, na ONU em 1962, liderado por San Tiago Dantas, e único explicitamente contrário aos interesses do colonialismo português salazarista de nossa história, sucede o golpe de 64 e a guinada de nossa diplomacia, vergada ante ao conceito de “segurança”, o tradicional apoio a Portugal e baseada nas práticas da “interdependência” postas em ação no governo Castello Branco.

A mudança produzida pelo Governo Costa e Silva, no sentido de retomar os elementos de um nacionalismo de fins a partir de um pragmatismo de meios, o que implicou na revisão e abandono de muitos dos conceitos implantados pelo seu antecessor, não questionou a continuidade de nossa tradicional política de apoio ao colonialismo luso, que produziu, como derradeira manifestação de apoio explícito à política ultramarina de Portugal, o “(...) voto contrário ao reconhecimento da existência de um Estado autônomo instituído na Guiné-Bissau

¹⁶ A saber, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Alto Volta e Lesoto.

(...)»¹⁷, em 1973. Apesar dos esforços envidados pelo Itamaraty a partir da viagem pioneira do Min. Gibson Barboza, a aproximação do Brasil das jovens nações africanas que emergiam no concerto da comunidade internacional não significou uma ruptura com os interesses do Ocidente, ou ainda, mais especificamente, com os de Lisboa, o que colocou as delegações brasileiras na incômoda posição de abstenção sistemática, da qual os exemplos mais notórios, no período posterior ao voto acima assinalado, são as abstenções na condenação a Portugal e África do Sul (1973), e quando da aprovação, pela ONU, da resolução em que a delegação portuguesa não representaria mais os interesses das suas colônias (dezembro de 1973) na África.

Ao perceber, contudo, o próximo desenlace da questão colonial africana, o governo brasileiro procurou interceder no processo por sugestão da Organização para a Unidade Africana, sendo, porém, a oferta dos préstimos da diplomacia nacional recebida friamente em Portugal, pois entendida como uma intervenção indevida. Registrando finalmente, a clara intenção portuguesa de instrumentalizar até o limite do possível o apoio brasileiro, exclusivamente no sentido da conservação de seus interesses ultramarinos, Brasília se empenha em sua política de aproximação com a África negra, antecipando-se a Portugal e à Assembléia da ONU, ao reconhecer a Guiné-Bissau independente.¹⁸

Após tantas contradições e equívocos a política externa brasileira para o continente Africano caracterizava-se por uma espécie de busca ao tempo perdido.

Deve-se notar, todavia, que o desvencilhar dos compromissos que tinha o Brasil para com a política colonial salazarista, ocorrida objetivamente com o voto favorável a Guiné-Bissau, se dá quando o antigo regime português já não mais existia, sepultado pela Revolução dos Cravos.

Portanto o apoio brasileiro à política colonial do Estado autoritário luso nos foros internacionais, muitas vezes exercido pela via da abstenção, sobreviveu ao regime que a gerou.

Este fato não seria isento de conseqüências. Ao enumerar as dificuldades do Brasil em suas relações com a África, o Min. da Justiça de Guiné-Bissau, Fidélis Cabral, no 1º Colóquio da Afro-Latinidade, deu a seguinte lista por ordem de prioridade:

- a herança do apoio à política colonial do salazarismo
- relações com o regime fascista da África do Sul

¹⁷ *Jornal do Brasil*, 11/11/73.

¹⁸ *O Estado do São Paulo*, 26/07/74.

- a hipótese da utilização dos países africanos, apenas como mercado para seus produtos industrializados numa mera substituição dos países desenvolvidos
- a crise econômica brasileira como impedimento ao avanço de programas de cooperação (...).¹⁹

A importância dada, tanto pelo Brasil quanto pelos seus parceiros africanos, às questões econômicas e ao potencial de investimento e incremento da cooperação neste setor, fica clara, seja pelos pronunciamentos oficiais ou pelas iniciativas de ordem prática. Senão vejamos: o Brasil exportava para a região, em 1973, 40 milhões de cruzeiros e passa a mais de 400 no ano seguinte. Já em 1976, soma 335,6 milhões de dólares, e só com a Nigéria o aumento entre 1972/1976 foi de 164 vezes.²⁰ Apesar do inegável progresso, um árduo caminho precisava ser percorrido, pois o comércio com o Brasil representou ao longo da década de 70 apenas cerca de 1% do comércio total da África com o mundo.

A penetração dos produtos brasileiros realizou-se preferencialmente nos países que procuravam romper o círculo da dependência para com o primeiro mundo, como por exemplo Moçambique e Angola. Os países socialistas, sem as amarras dos sistemas de comercialização impostos pelos países capitalistas, posto que haveria uma competição entre as matrizes das multinacionais e suas subsidiárias no Brasil, representaram espaço privilegiado para os negócios das empresas aqui sediadas. Todavia, a presença comercial brasileira só foi aceita nesses países em moldes de cooperação, que deveria conduzir necessariamente a um comprometimento a nível político.²¹

Apesar de todas as dificuldades nacionais e internacionais, no Brasil e na África, a política externa brasileira para aquele continente prosseguiu nos caminhos da aproximação, entendimento e intercâmbio em todos os níveis, ainda que de forma mais controlada e prudente do ponto de vista econômico e financeiro (empréstimos, linhas de crédito), já que se apresentaram, principalmente após 1982, casos freqüentes de inadimplência por parte de nossos parceiros africanos.

Politicamente, as perspectivas positivas se mantiveram, sendo exemplo disso a viagem em 1980 do Min. Saraiva Guerreiro à África Austral (Angola, Moçambique, Tanzânia, Zimbábue e Zâmbia), onde condenou energicamente o *apartheid*, e hipotecou solidariedade à luta de libertação da Namíbia. Posições renovadas quando da viagem do Presidente Sarney àquele continente.

¹⁹ *Jornal do Brasil*, 07/08/83.

²⁰ *Jornal da Tarde*, 19/09/77.

²¹ *Jornal do Brasil*, 02/07/82.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Hermano. “Força Interamericana Permanente de Paz: O braço armado do império”. In *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, nº 2, p. 136-142.
- BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização – Presença dos EUA no Brasil*. 2ª ed. rev. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.
- CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. Discurso no Itamaraty em 31/07/64. In: *Discursos. A política externa da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Seção de Publicações, 1968.
- FIGUEIREDO, Antônio de. “A questão racial em Angola e Moçambique”. In *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, nº 3, p. 40-56.
- HARRIS, Marvin. “Raça, conflito e reforma em Moçambique”. In *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Janeiro 1966, nº 3, p. 8-39.
- HIRSON, Zenaide Scotti. *O Brasil e a questão colonial portuguesa: o caso angolano*. Brasília: Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado, Julho de 1979.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. “Desenvolvimento e política internacional”. In *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Agosto 1965, nº 2, p. 26-42.
- MACHADO DOS SANTOS, Luiz Cláudio. *A emigração portuguesa e a formação da comunidade lusa no Brasil (1850-1930)*. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Departamento de História da Universidade de Brasília. Brasília, 1993.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *A alma do tempo (Memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- NOGUEIRA, Franco. “O Brasil e as colônias portuguesas na África”. In *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Janeiro 1966, nº 3, p. 193-197.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- POERNER, Arthur José. “A política externa brasileira entre a interdependência e a soberania”. In *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Agosto 1965, nº 2, p. 150-158.